

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

**CAMPO, CIDADE E A NATUREZA RECRIADA NA ARTIFICIALIDADE URBANA**

*Luiz Fernando Mazzini Fontoura*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 36: 43–51, maio, 2011.*

Versão online disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37385/24138>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



**Portal de Periódicos**  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## **Informações Adicionais**

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

**CAMPO, CIDADE E A NATUREZA RECRIADA NA ARTIFICIALIDADE URBANA**Luiz Fernando Mazzini Fontoura<sup>1</sup>**Resumo**

Este trabalho visa discutir a relação campo-cidade a partir das transformações espaciais das sociedades rurais em urbanas. As mudanças nas formas de organização das relações sociais ao longo do tempo levaram as sociedades a uma conceituação em sociedades rurais e urbanas, bem como uma organização espacial que as representasse. As mudanças nas formas de produção, energia e organização política, levaram ao estreitamento entre as duas sociedades, com a hegemonia da urbana. Esta nova relação campo-cidade nos leva a refletir sobre os novos limites dos conceitos de rural e urbano na sociedade moderna.

Palavras chave: urbano - rural - modernidade - campo - cidade

**COUNTRY, CITY, AND THE RECRIATED NATURE IN THE URBAN ARTIFICIALITY****Abstract**

This paper aims to discuss the country-city relationship from the spatial transformation of the rural societies in urban areas. The changes in the forms of organization of social relationships over time have made the societies to concept rural and urban areas, as well as a spatial organization that represents them. Changes in forms of production, energy and political organization have produced the narrowing of the ties between these two societies, under the urban hegemony. This new urban-rural relationship lead us to reflect on the limits of the new concepts of rural and urban areas in modern society.

Keywords: urban - rural - modernity - country - city

Para se pensar na fronteira com a cidade é necessário pensar a existência da cidade. Em qualquer tempo e qualquer cidade temos que pensar em uma forma de excedente de alimentos, em um sistema de trocas, e também uma territorialidade destas trocas. Portanto, uma relação.

Podemos pensar no limite da cidade e do campo, na ausência da cidade, no seu término. Uma transição, visto que a proximidade com a cidade oportuniza experiências diferenciadas. Uma diferenciação na paisagem, funcional, mas não menos tecnológica ou relacional social. O trânsito entre a sociedade no campo e na cidade é contínuo e intenso, dialético.

A relação campo-cidade nasce da possibilidade da sociedade humana produzir alimentos em quantidade maior do que a necessária a sua subsistência. A cidade cresce na medida em que o campo tem a possibilidade de se auto-sustentar e sustentar as pessoas que se ocupam de outras tarefas que não a agricultura. A separação da Natureza começa por um modo de vida que não produz a sua alimentação, necessidade básica para a existência humana.

Desta forma, após a sedentarização humana, é possível o surgimento da cidade depois da domesticação dos animais e das plantas, como sugere Norbert Elias (1998, p.40-1). Para o autor, "A agricultura, isto é, a domesticação das plantas", não aponta apenas para seu domínio ou sua exploração, mas para uma disciplina até então desconhecida, que é o domínio do tempo e sua utilização. A repetição de situações de quando plantar ou colher define a produção do alimento. Essa produção e a expectativa de quanto produzir é o que vai permitir o número de pessoas que vão viver nas cidades, que dimensionamos pouco ao resumir toda esta situação na palavra abastecimento. Disto resulta a ideia de tempo "um continuum evolutivo e padronizado". Portanto, não são apenas números em quilos ou toneladas que chegam à cidade, mas um conjunto de costumes, festas, safras, serviços, tarefas e mercadorias não-agrícolas que passam a ser trocadas entre a cidade e o campo, aumentando a relação entre os dois, relação esta cada vez mais complexa.

<sup>1</sup> Professor do IG/Departamento de Geografia da UFRGS, Mestre em Sociologia pela UFRGS, Doutor em Geografia Humana pela USP. Contato: Luiz.fontoura@terra.com.br

A cidade se desenvolve artificial em relação ao seu meio na medida em que não produz aquilo que é mais necessário à sobrevivência humana: a alimentação. E é neste sentido que trabalhamos o significado de artificialização: a possibilidade de o ser humano se dedicar a outras tarefas que não seja a mais essencial: a produção de alimentos. O modo de vida urbano vai se definindo a partir de tarefas não agrícolas, ainda que dependa crucialmente dela.

Com isto, a percepção da Natureza no meio rural e no meio urbano se desenvolve de forma diferente. O primeiro parte de uma adaptação ao meio, a velha adaptação homem-meio conhecida da Geografia através dos trabalhos de Ritter e La Blache, por exemplo, onde os fatores naturais tais como clima, aptidão do solo, hidrografia, geologia entre outros, são fundamentais para a sobrevivência, em que pese todas suas variações. Já para o meio urbano, a divisão de tarefas sobrepõe cada vez mais estes fatores, chegando ao ápice com a iluminação noturna, que permite a extensão do cotidiano diurno noite adentro. Comento sempre com meus alunos do curso noturno: o que seria de nossa existência se não fosse a iluminação artificial?

Para QUEIROZ (1978, 265) muitos pesquisadores trataram o problema rural e urbano de forma dual, ou seja, a existência lado a lado, das inovações ou do atraso, da sobrevivência do tradicional ou da penetração de inovações - como um avanço para a sociedade rural - de forma separada, quando não opostas. Ou que, “uma vez que o rural se converteria em urbano”, ou “a urbanização do rural”, isto tenderia à homogeneização, e o conseqüente desaparecimento do rural. Para essa autora se constitui em falso problema.

De fato, ainda que existam muitas diferenças entre o rural e o urbano, que muitas coisas devam ser tratadas de forma isolada, “não é possível perder de vista a interligação existente entre os dois aspectos do real... o conjunto formado por ambos”. Para QUEIROZ (1978, p. 267-8):

...existem três tipos primordiais de sociedade globais, no que toca ao rural e ao urbano, a partir de sua estrutura interna mais profunda e de acordo com a realidade empírica:

- 1º) sociedades internamente indiferenciadas no que diz respeito ao rural e ao urbano, constituídas de sociedades tribais;
- 2º) sociedades internamente diferenciadas em meio rural e meio urbano, nas quais o meio rural é o produtor principal de riquezas, e que chamamos de sociedades agrárias;
- 3º) sociedades internamente diferenciadas em meio rural e meio urbano, nas quais o meio urbano, através da industrialização, é o principal produtor de riquezas, e que chamamos de sociedades industriais.

Para a autora, os dois últimos tipos, os grupos rurais e urbanos, se diferenciam. Assim, nas sociedades agrárias o campo é o produtor de riquezas, e com isso passa a modelar as cidades, como por exemplo, a cidade com funções administrativas, comerciais, universitárias etc. Já nas sociedades industrializadas, são os centros urbanos que passam a modelar o campo, como produtor de alimentos, matéria-prima, etc. Portanto, a relação de dominação-subordinação de um em relação ao outro vai aparecer conforme a produção de riqueza e a divisão do trabalho a ser produzida em um ou em outro.

Uma diferença importante entre o campo e a cidade, bem como o que influencia diretamente sobre a produção da riqueza, é o papel da terra ou o seu uso do solo e a sua apropriação.

Ao estudar a renda da terra, MARTINS (1986, p. 159) faz referência que no campo, um instrumento fundamental de produção é a terra, pois é sobre ela que vai se dar a transformação através do trabalho. Martins coloca que a terra não tem valor no sentido em que não é resultado do trabalho humano, ou seja, “quando alguém trabalha a terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser fruto do trabalho, mas a própria terra não é”. A terra é um instrumento de trabalho diferente dos demais, pois não pode ser produzido ou reproduzido. Sobre a terra se encontram o trabalho e os agentes naturais que geram a riqueza produzida no campo.

Na cidade a terra cumpre uma função diferente. HARVEY (1980, p.135), distingue que o solo e as benfeitorias têm localização fixa, e esta localização confere ao proprietário privilégios de monopólio, passando a ter o direito de determinar o uso nessa localização. As pessoas necessitam ocupar um lugar para a sua existência e fazer uso dos objetos ali localizados. Na cidade a localização é mais importante que a terra como meio de produção. Na cidade, que é produzida pelo homem, estão as oportunidades diferenciadas nos benefícios, acessibilidade, entre outras coisas, que têm custos diferentes conforme a distribuição e a apropriação destas vantagens no espaço.

As diferenças entre uma e outra localização, campo ou cidade, bem como suas vantagens comparativas, possibilitam e a apropriação da renda diferencial. A principal diferença entre os dois se constitui que no campo a terra é o meio de produção fundamental da produção agrícola, e que na cidade a sua localização é fundamental no campo das oportunidades diferenciais. Também devemos considerar que a artificialização do meio, no sentido da superação dos obstáculos à produção em geral, é mais difícil no campo do que na cidade, onde a artificialização do meio faz parte de sua textura.

Considerando esta diferença fundamental sobre o uso do solo no campo e na cidade, a população em um e em outro, assumirá papéis diferentes. Entre as muitas diferenças existentes entre o mundo rural e o mundo urbano, podemos citar algumas levantadas por SOROKIN, ZIMMERMANN & GALPIN (1986). Assim, podemos começar pelas diferenças ambientais, onde as sociedades rurais estão sujeitas às variações das condições climáticas, pois estão mais próximas e têm uma relação mais direta com a natureza, como por exemplo, o solo, a flora, a água, o sol, a lua, o vento etc. O morador da cidade, que é separado pelo ambiente artificial da cidade, tem menor percepção disto quanto maior for à densidade de prédios em seu entorno.

O tamanho da comunidade também é diferente, pois a atividade agrícola mais dispersa, aglomera uma menor quantidade de pessoas. A densidade populacional menor no ambiente rural acaba contribuindo para uma maior similaridade desta população. Assim, as características psicossociais adquiridas como crenças, linguagem, opiniões, tradições, costumam ser mais similares no meio rural que no urbano, uma vez que as pessoas da cidade chegam de diferentes lugares, e isto, somado a uma maior divisão do trabalho, acaba por favorecer uma heterogeneidade maior.

Uma consequência direta disto é uma diferença na mobilidade social. A sociedade urbana tem se mostrado mais móvel que a sociedade rural, pois a primeira desloca-se mais de um lugar para o outro, tanto na pirâmide social, como nos deslocamentos territoriais, pois muda com mais frequência de moradia, de bairro, de emprego, de cidade. Aliás, neste sentido, o campo tem sido preferencialmente produtor de excedentes humanos e a cidade de consumo, haja vista que ao longo dos últimos séculos temos assistido o aumento das populações urbanas em relação às rurais.

Quanto às diferenças no sistema de integração social, as comunidades rurais são menos volumosas e menos densamente povoadas e a sua população é menos móvel. Assim, é de se esperar que o número de pessoas distintas que um agricultor encontre e com quem estabeleça um contato intencional ou não intencional, longo ou breve, intensivo ou extensivo, e o número de contatos por indivíduo, deva ser muito inferior àquele de um morador da cidade. O habitante da cidade cruza com um número maior de pessoas sendo que estas pessoas possuem um número maior de ocupações. Uma vez que as comunidades urbanas surgiram a partir do comércio e da troca, e que nunca foram autossuficientes, sempre tiveram necessidade da troca com outras comunidades. Troca, comércio e interação, contituem alma da cidade e a causa da interação de boa parte da sua população com os indivíduos e grupos espalhados em uma área muito vasta e nas diversas localidades.

Para finalizar, os autores colocam que a população rural permanece mais ou menos constante por longo tempo, sendo suas relações mais profundas e ricas, ao contrário das relações nas cidades, mais superficiais e efêmeras.

As diferenças levantadas pelos autores se referem à ocupação do território e à produção a que a comunidade está ligada. Os limites impostos à comunidade, tanto rural como urbana, referem-se diretamente ao que se faz em um e outro lugar. Daí as diferenças de comportamento que resultam naquilo que chamamos de rural e de urbano. De uma maneira geral, isso representa a adaptação ao meio a que as pessoas estão inseridas, caracterizando o modo de vida. Quando da artificialização do meio agrário, através da introdução de tecnologia (que também viabiliza a reprodução de relações de produção capitalistas), muda também a relação do homem com seu meio, seu modo de vida.

A cidade industrial vai amplificar tudo isso que está escrito acima, pois não só vai consolidar um modo de vida urbano, como vai se expandir para o campo, tornando-se parâmetro para este. Sem entrar em detalhes quanto à gênese da cidade industrial, vamos apenas nos fixar em alguns mecanismos da sua formação que são comuns a todas elas. Por exemplo, alguns problemas levantados por ENGELS (1975) em sua obra "A questão urbana", trata da distribuição da população segundo a renda da terra, o que implica que as pessoas vão se localizar em relação aos equipamentos urbanos segundo sua capacidade de pagamento por isto, ainda que construídos por todos, mas apropriados por alguns. O transporte também se torna um problema para quem tem menor poder aquisitivo acaba morando mais longe, necessitando para o seu deslocamento um tempo maior. Mas o mesmo mecanismo que afasta as pessoas de baixa renda dos lugares centrais

valoriza as porções de terras intermediárias, o que chamamos vulgarmente de especulação imobiliária.

As grandes avenidas para garantir o fluxo de pessoas, verticalização dos prédios, impermeabilização do solo através da área construída e da pavimentação de ruas e calçadas, passam a ser questões idênticas para todos os lugares do mundo em que se dá o processo de urbanização-industrialização, criando um padrão de urbanização. Aparece neste processo o lugar da Natureza, ou seja, os parques e praças onde os habitantes urbanos vão ter contato com o natural, uma outra ideia que acompanha a relação capital-trabalho, a saber: a de tempo e espaços de lazer.

Os modos de vida no campo e na cidade tornam-se diferentes pelas tarefas cotidianas do morar, do trabalhar e do relacionamento entre as pessoas nas suas mais diversas atividades. As diferenças diminuem na medida em que a técnica entra na vida cotidiana e artificializa o meio onde se constituem tais modos de vida. Nas sociedades industriais, segundo GIDDENS (1991, p.62), “o industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana”, ou seja, para além da Revolução Industrial, mais que a produção de matéria-prima e bens de consumo, uma interferência direta na vida cotidiana e suas relações. A possibilidade do uso de fontes inanimadas de energia material na produção em geral impõe-se como um padrão que passa a reger a vida cotidiana, aproximando os modos de vida no campo e na cidade, através de práticas e costumes cada vez mais semelhantes. “Uma sociedade capitalista é uma sociedade somente porque é um estado-nação... nenhum dos estados pré-modernos foi capaz de se aproximar do nível de coordenação administrativa desenvolvido pelo estado-nação” (1991, p.63). Isto implica em práticas administrativas hegemônicas geradas a partir dos interesses criados e desenvolvidos na cidade, articulando as regiões segundo estes interesses.

O argumento defendido por LEFEBVRE (2000) é o de uma sociedade urbana que nasce da industrialização e que domina e absorve a produção agrícola. O ponto de inflexão da sociedade agrária para a industrial se deu a partir da criação da cidade industrial, que passa a se tornar hegemônica. A sociedade pós-industrial significa uma tendência, uma orientação da sociedade atual definida por Lefebvre como sociedade burocrática de consumo dirigido. O amadurecimento dessa sociedade e onde se instala, convergem para si os demais interesses, inclusive a produção agrícola. Como reflete LEFEBVRE (2000, p. 17):

Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento?) Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certa que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção.

Lefebvre denomina de revolução urbana este conjunto de transformações na sociedade contemporânea onde o modelo, planificação e programação prevalecem sobre as demais questões em geral, na forma de solucionar os problemas da sociedade urbana, os quais passam a ocupar um primeiro plano. A sociedade urbana se torna tão mais hegemônica quanto mais houver concentração urbana e de equipamentos urbanos necessários à população, pois é esta que vai buscar os serviços para preencher suas demandas, construindo sua legitimidade e reprodução.

Na medida em que o meio rural vai absorvendo novos costumes e se tornando consumidor tal qual o meio urbano, não é apenas a relação de proximidade que está se alterando, mas o modo de vida. A ideia de um meio rural natural e o urbano artificial perde o sentido nos dias atuais. O meio rural se moderniza na medida em que novas relações sociais oriundas da cidade se expandem para o campo. O campo integrado na divisão social do trabalho e tecnológico, a imagem e semelhança da organização da cidade, reproduzem a organização do ritmo e da racionalidade do meio urbano.

Da mesma forma que Lefebvre (2000), também Castells (2000, p.127) faz referência à sociedade urbana como um “sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação”. Os dois autores fazem referência a uma cultura urbana. Na dicotomia rural-urbano aparece como a oposição tradicional-moderno, a transformação na cidade e a resistência às mudanças no campo.

Castells (2000, p.47) chama a atenção para o fato de que a dicotomia criada em torno da sociedade tradicional/sociedade moderna, ou seja, o rural em relação ao urbano, apenas faz sentido onde a distância entre os dois se dá em relação ao que diz respeito à sociedade moderna. O que deve ser destacado são as formas espaciais que representam as sociedades modernas, que representam a sua organização. Em outras palavras, o autor destaca as condições sociais de reprodução do conjunto da sociedade, independente de que isto ocorra no meio rural ou no meio urbano. Sugere também, que em vez de se falar em urbanização, se fale em produção de formas espaciais. Ressalta que o termo urbanização está fortemente ligado à problemática do desenvolvimento e este ao planejamento e à planificação urbana.

Entretanto, se é verdade que o desenvolvimento das cidades industriais e os seus reflexos sobre o modo de vida urbano se impõem sobre a quase totalidade da sociedade moderna, o campo também se envolve no mesmo projeto através da adoção do paradigma da mecanização da agricultura, que também se desenvolve sob uma supervisão planejada e fortes vínculos com a indústria urbana. A integração indústria-agricultura e a consequente formação do Complexo Agroindustrial são decisivas para a alteração das formas espaciais no campo. No período do “desenvolvimentismo na agricultura”, no auge do discurso do aumento da produção e da produtividade (fordismo na agricultura, pacotes agrícolas e revolução verde), o planejamento e participação do Estado foram fundamentais. Isto permite o êxito da planificação urbana e seu crescimento, bem como o credenciamento da atividade agrícola no campo para participar das redes de interdependência do sistema produtivo.

O aumento da integração campo-cidade tem na região metropolitana o seu centro de decisões. Para CASTELLS (2000, p. 57)

A região metropolitana, enquanto forma central de organização do espaço do capitalismo avançado, diminui a importância do ambiente físico na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anula a distinção rural e urbana e coloca em primeiro plano da dinâmica espaço/sociedade, a conjuntura histórica das relações sociais que constituem sua base.

A diferença entre situações passadas e presentes, reside justamente na diminuição das diferenças entre rural e o urbano. Não exatamente no campo e na cidade. Estes continuam diferentes em função da utilização do solo e a organização social da produção. Já no que concerne a organização espacial, o espaço reproduz a condição moderna, ou seja, urbana, gerada e administrada a partir de centros urbanos impondo sua racionalidade e seu ritmo de produção, fordista, e suas formas de consumo por estratificação social: de consumo de massa ou por consumidores preocupados com o planeta.

Castells chama a atenção para a nova estrutura social dando uma nova direção para o debate (2000, p.87):

O essencial é perceber a ligação estreita dos processos urbanos e da estrutura social, e romper como esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola/industrial, tradicional/moderna. Pois, se este esquema responde a uma certa realidade social nas *formas de relação* e nas *expressões culturais*, esta realidade é simplesmente o reflexo de uma estrutura única, na qual os efeitos num dos pólos são produzidos pelo tipo particular e determinado de sua articulação com o outro pólo.

Na medida em que a sociedade urbana se territorializa, as diferenças entre os conceitos vistos a partir de uma visão dualista, de oposição ou contraste, perde o sentido para dar lugar a uma nova relação, vínculos e fluxos. Estamos tratando de uma sociedade urbana, não especificamente capitalista, pois Castells destaca: “as cidades soviéticas não capitalistas apresentam traços análogos aos das cidades capitalistas, não estamos diante de um tipo de comportamento ligado à forma ecológica urbana?” (2000, p. 134).

O mesmo pode ser dito para o que se passou no campo da extinta URSS. A agricultura balizou-se pelos mesmos padrões do aumento da produção e produtividade, com a mesma inserção e integração da indústria com a agricultura, o mesmo paradigma tecnológico da mecanização. Tanto no caso levantado acima, como em lugares situados no campo ou na cidade, continua existindo as especificidades culturais e suas diferenças. O que se quer salientar é que a análise e a explicação da vida cotidiana não dependem mais significativamente das diferenças da localização espacial, quando o que está em questão é a análise do processo de produção social do espaço<sup>2</sup>.

Para outro autor, João Ferrão (2000), o mundo rural e o mundo urbano se diferenciavam quando no rural prevalecia sua principal função: a de produzir alimentos e a atividade principal era a agricultura sendo que o grupo social de referência era a família camponesa, com seu modo de vida, valores e comportamento próprio. A paisagem resultante refletia o equilíbrio entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas. Já mundo urbano se distinguia claramente em oposição ao mundo rural. A naturalização desta oposição escondeu a sua natureza simbiótica e de complementaridade entre o campo e a cidade bem como suas relações estáveis.

Para o autor, os anos 80 do século XX, vêm mostrar uma nova invenção da realidade: o mundo rural não agrícola. Com isto rompe-se a principal função do mundo agrícola, ou seja, a produção de alimentos, e passa a ter uma nova função igualmente importante construída socialmente a partir de uma ideia de patrimônio, apoiado em um movimento de renaturalização, conservação e proteção da natureza. Isto é hipervalorizado com a construção dos processos de desenvolvimento sustentável.

A procura de autenticidade provocada pelo processo de globalização trouxe algo novo que vai se unir à atividade turística, à mercantilização da paisagem, estimuladas pelas novas práticas de consumo e pelo aumento dos tempos livres, resultado da melhoria da qualidade de vida de alguns setores da população, e que valorizaram as atividades de turismo e lazer.

Segundo BOYER (2003, 39-40), o turismo nem sempre existiu. O fenômeno decorre do *The Tour*, fenômeno original que nasce e se desenvolve na Inglaterra do século 18. Os aristocratas, rendeiros da terra ameaçados de perder parte do seu poder para uma burguesia ascendente, exaltam os valores da gratuidade, da riqueza ociosa, a cultura greco-romana, esportes com jogos complexos (para não serem imitados), viagens sem obrigação e jovens educados nos melhores colégios que finalizavam seus cursos com o *The Tour*. Sempre com uma prática elitista, cabe aos ingleses a invenção dos lugares e das práticas do turismo como uma soma de histórias singulares. Conclui o autor, que nada mudou a não ser o número de turistas, e a problemática contemporânea consiste em como transportar e alojar estas massas, mas não em renovar o turismo.

A cidade era considerada o berço da civilização durante muitos séculos, o local da urbanidade, da política, mudando a partir de meados do século 18, tornando-se “a babilônia moderna que pervertia, poluía, levava a perdição”. Ao final do século 20, termina o campo como o local desejado pelo seu valor terapêutico, valor estético e de realização do corpo. “Os turistas de massa eram percebidos como consumidores da Natureza, devoradores de paisagens”. A onda ecológica do pós-68 trouxe este amor à Natureza, uma preocupação em preservar e proteger. Para Boyer estes valores têm uma base bem mais antiga, dos aristocratas britânicos do século 18, onde o *country* não era apenas espaço de renda fundiária, mas espaços de felicidade, daí o sucesso dos *english gardens*, das casas de campo e por aí afora.

Por outro lado, ressalta Boyer, “a de felicidade é uma ideia nova na Europa, proclamava o revolucionário Saint-Just. A Natureza também o era; o sentimento de Natureza se transformou em amor a um campo considerado como paisagem”. O nome de Rousseau estaria ligado a esta mensagem. Já a preocupação de Kant com a Natureza, e depois sua influência sobre Humboldt e a escola alemã, também não são meras coincidências.

Retornando à questão capital - trabalho - lazer, para Boyer o turismo de massa não teria alavancado, não fosse a ideia de Natureza fortalecida pela nobreza inglesa como demonstrado. A data simbólica de 1936 na França, a conquista das férias remuneradas, não seria suficiente para desencadear a valorização das viagens para lugares simbólicos associados ao lazer, acrescido tudo isto das mudanças técnicas que houve desde o início do século 20, como a facilidade do transporte ferroviário, o automóvel, o ônibus de turismo e o avião a partir do período 1950-1960. Observa BOYER (2003, 95-6): “O campo é agora um espaço recomposto, mítico. Para compreender o turismo

---

<sup>2</sup> Para Castells (2000, p. 182), “o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais - entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica”.

de massa contemporâneo, a oposição campo-cidade não é mais pertinente, mas sim o conceito de sociedade pós-industrial que transcende diferenças de habitat”.

Portanto, como queremos enfatizar, há uma ideia de Natureza desenvolvida a partir de um ideário urbano diferente daquele do meio rural. Certas ações que se reproduzem na cidade só fazem sentido através desta percepção criada no ambiente urbano, e que se tornam mercadorias especiais, formando um capital cultural, fazendo disto uma mercadoria especial.

Retornando ao texto de FERRÃO (2000):

A ideia de um mundo rural não agrícola que importa preservar - ou que se vende - em virtude do seu valor patrimonial vem alterar, uma vez mais, as relações urbano - rural. Pelo menos ao nível simbólico e do discurso político, a ‘cidade’ - ou melhor, a franja mais escolarizada da população urbana - recupera o velho mundo rural, crescentemente reduzido, no entanto, a um dos elementos da velha tetralogia que tradicionalmente o caracterizou: a paisagem. Esta perspectiva vai deixando, ainda que de forma implícita, um indício claro: é na procura urbana que parece residir o essencial da evolução futura das áreas rurais onde a atividade agrícola orientada para o mercado não alcança uma expressão significativa.

Em outras palavras, pode-se livremente pensar que não basta ser orgânico, tem que parecer orgânico. Não basta ter um potencial turístico, tem aparecer como uma mercadoria vendável. Quando em uma comunidade um determinado grupo, produtores agrícolas associados em uma cooperativa de orientação ecológica, por exemplo, produzem uma mercadoria diferenciada, ecologicamente correta, dispensa maiores comprovações. Mas quando o mesmo grupo quer aumentar a territorialização de sua produção, esta necessita de um aval especializado e que garanta as condições em que a mesma foi produzida. No começo do processo de urbanização e da industrialização da produção, o Estado garantia a certificação através de seus agentes representantes, como por exemplo, a certificação sanitária e um organismo fiscalizador. Hoje isto é insuficiente, visto que até o lugar onde é produzido (*terroir*) diferencia um produto do outro: o Estado se desregulamenta, a sociedade se regulamenta.

Ferrão (2000) salienta que a fronteira mais importante é a que separa os espaços diretamente integrados às áreas de influência das grandes cidades, do que a velha dicotomia rural-urbano, ou na sua versão mais simples, campo-cidade. Uma conclusão do autor aponta para que o futuro dos “mundos rurais” decide-se, no essencial, em sedes urbanas. A dialética pós-moderna: inserção e exclusão social em relação a quê, ao mundo artificial? As regiões mais pobres e mais excluídas estão justamente onde estas novas relações entre o mundo rural e o urbano estão distantes e diferenciados, fisicamente ou não. As regiões que apontam os melhores índices de melhoria ou qualidade de vida estão sempre integradas ao mundo desenvolvido.

O pensamento que separa o mundo rural do mundo urbano, ou mesmo que procura traços de um no outro, tende a naturalizar o rural e artificializar o urbano. Se por um lado o mundo urbano é necessariamente artificial, mesmo quando não se faz parecer, nem todo mundo rural é necessariamente natural, ou próximo disto. Ao contrário, quanto mais moderno e integrado à sociedade urbana, mais artificializado em sua organização espacial o será.

Um exemplo disto é a inserção dos lugares na globalização. A reinvenção do chamado “*terroir*” que mescla aspectos naturais e culturais gerando uma especificidade ao lugar, diferencia e agrega valor à produção ou à prestação de serviço revitalizando áreas em declínio e isolamento econômico e social. Mas não basta o potencial, a racionalidade e a circulação da informação dos atores locais, têm que ser compatível com a globalização, ainda que possam conviver com valores e técnicas aparentemente mais antigas. Como sugere SANTOS (1996, p. 34-5): “é o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo esta lógica”. A difusão das técnicas e a sua implantação no espaço podem, e normalmente o são, seletivas. Entretanto, novas técnicas são absorvidas desde que haja compatibilidade e podem conviver em um mesmo território com subsistemas técnicos de épocas diversas, desde que estas não se tornem um obstáculo, mas que encontrem juntas uma forma de difusão do novo e permitam ações simultâneas.

O mundo globalizado é permeável à incorporação de técnicas antigas, e as mercantiliza rapidamente sempre que estas sejam compatíveis com a reprodução das relações capitalistas e da sua racionalidade. É desta forma que se desenvolve o capitalismo contemporâneo, absorvendo o “velho” ao “novo”, destacando a especificidade do lugar e integrando-o à globalização. Sobre isto, HARVEY (2005, p. 230-1) escreve:



O papel desse empreendedorismo urbano em relação à forma neoliberal de globalização também foi analisado em detalhe, mas geralmente sob a rubrica das relações local - global e da assim chamada dialética do espaço - lugar. A maior parte dos geógrafos que examinam o problema concluiu que é um erro categórico considerar a globalização uma força causal com respeito ao desenvolvimento local. Nesse caso, o que está em jogo, afirmam eles acertadamente, é um relacionamento mais complicado através das escalas, em que as iniciativas locais podem alcançar uma escala global e vice-versa, ao mesmo tempo que certos processos, dentro de uma definição específica de escala - competição interurbana e inter-regional sendo os exemplos mais evidentes - , podem reelaborar as configurações local/regional da globalização. Portanto, não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais.

Em outras palavras o autor quer dizer que a globalização, e incluímos o neoliberalismo e a pós-modernidade, não existem sem uma base territorial, sem a inclusão do lugar. A globalização se reproduz nos lugares, da mesma forma que os inclui. Os lugares inseridos na globalização e que pertenciam ao mundo rural, ainda que mantenham a temática, e isto garante a sua especificidade, passam a atuar segundo uma nova relação campo-cidade, uma nova produção social das formas espaciais.

O agricultor familiar integrado à agroindústria e a mercados seletivos urbanos, administrador da sua empresa familiar, atuando eventualmente em atividades não agrícolas (pluriatividade!), não se encontra em oposição, contraste ou mesmo resistência à reprodução do capitalismo contemporâneo, mas incluso ao mesmo, ao ritmo rápido das mudanças e inovações tecnológicas, às novas mídias, à fetichização do espaço, da cultura e da mercadoria. Somente os espaços de recriação da natureza são incorporados à artificialidade urbana. Os demais, ainda que rurais e menos artificializados, ficam na condição de exclusão (do mundo globalizado!), da pobreza, da indiferença. O mesmo se pode dizer das áreas de preservação. A imagem do mundo visto à noite, disponível na internet, mostra que somente estudamos e realmente nos preocupamos com a porção iluminada, próximo das cidades.

Retomando a questão dos lugares, estes ganham a sua condição de especificidade na medida em que participam da rede global, pois do contrário não fazem parte da rede de fluxos, seja de pessoas, de informação, de produção econômica ou cultural. Não retêm pessoas. Não há densidades.

As novas formas espaciais têm um centro urbano gerador de sua organização. O mundo rural, resultado das sociedades diferenciadas em rural e urbano, onde a produção de riquezas é o campo, tende a ser absorvido pela sociedade urbana, onde não apenas a geração da riqueza está localizada, mas principalmente a gestão, administração e prestação de serviços, o epicentro das decisões. A organização espacial rural está para a urbana assim como a feudal estava para o capitalismo. Isto não é necessariamente ruim, se esta nova organização espacial representar, também, o resultado de relações sociais em que a relação homem-natureza venha a conciliar a reprodução de ambos, visto que mudanças são próprias da natureza.

## REFERÊNCIAS

- BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2000.
- ELIAS, Norbert, **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Zahaer editores, 1998.
- ENGELS, Friedrich. **A questão do alojamento**. Lisboa. Coleção textos políticos. Dinalivro, 1975.
- FERRAO, João Manuel. **Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro**. EURE (Santiago), Santiago: v. 26, n. 78, sept. 2000 . Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007800006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006&lng=es&nrm=iso)>. Capturado em outubro de 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. S. Paulo. EDUSP, 1991.
- HARVEY. David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ed. Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios**. Rio de Janeiro, LTC/USP, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: ed. Vozes, 1986.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SOROKIN, P., ZIMMERMANN, C. & GALPIN, C . **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano**. IN: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, HUCITEC, 1986b. p. 198-224.